

POSICIONAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL – Cúpula de Nairóbi CIPD 25

Nairóbi, 14 de novembro de 2019

Reunida na Cúpula de Nairóbi para comemorar os 25 anos da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo (CIPD), a delegação que representa a sociedade civil do Brasil abaixo listada se manifesta publicamente em relação ao posicionamento do governo brasileiro, apresentado pelo Embaixador Fernando Coimbra.

É positivo que o documento apresentado liste uma série de desafios que o país ainda necessita enfrentar para cumprir essa agenda, tais como: a redução dos níveis de pobreza, responder a novas configurações que os atuais padrões fecundidade e estrutura demográfica apresentam, e mais especialmente atingir as metas prometidas de redução da mortalidade materna. Também é digna de nota a menção da centralidade do Sistema Único de Saúde como plataforma principal de implementação da agenda da CIPD. No entanto, a nosso ver, é inaceitável que o documento apresentado não faça uma única menção aos direitos humanos que constituem um dos pilares do programa de ação da CIPD.

Alertamos que na Cúpula de Nairóbi CIPD 25, o atual governo brasileiro, reafirmou uma vez mais, que defende a vida desde a concepção e somou-se a declarações de outros países contrárias a esta agenda. Esta afirmação não reflete a definição estabelecida na Constituição Federal promulgada em 1988 e reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal em dois julgamentos subsequentes, a saber, a Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.510 (2008) e a Arguição Direta de Preceito Fundamental 54 (2012). Já na 72ª Assembleia da Organização Mundial de Saúde (OMS), com base nessa posição que está em flagrante desacordo com o texto constitucional, o atual governo assina declarações conjuntas com países que não reconhecem a legitimidade da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. Cabe portanto recordar, uma vez mais, que o Estado Brasileiro é signatário de acordos intergovernamentais que recomendam o reconhecimento do aborto como grave problema de saúde pública, assim como a revisão de leis que punem a interrupção da gravidez, em particular o já mencionado Programa de Ação da CIPD de 1994, Plataforma de Beijing de 1995 e o Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe de 2013.

Vale ainda destacar que o documento apresentado pelo Brasil em Nairóbi, não menciona obstáculos flagrantes ao desenvolvimento de políticas de saúde e de educação, tais como o crescimento da desigualdade social e dos índices de pobreza extrema em anos recentes ou, mais especialmente, os efeitos nefastos decorrentes da restrição dos gastos públicos determinados pela Emenda Constitucional 95. Adicionalmente, o impacto negativo da redução de financiamento para a política nacional de saúde e outras áreas críticas da política social tende a ser agravado pela proposta de eliminação da regra constitucional de vinculação obrigatória do gasto social, trazendo consequências ainda mais robustas para a população negra e indígena brasileira, sempre em situações de violência, geradoras de profunda vulnerabilidade, desigualdade e exclusão social como mostram todos os indicadores sociais, especialmente entre jovens e mulheres negras, duramente afetadas.

É, sobretudo, lamentável que, adicionalmente, o documento não faça nenhuma referência a políticas de gênero ou mesmo de igualdade de gênero, cabendo aqui sublinhar a recente intimação feita pelo Supremo Tribunal Federal ao Ministério das Relações Exteriores, no sentido de tornar transparentes documentos e diretrizes de políticas relativas a gênero, direitos das mulheres e das pessoa LGBT recebidas pelo Poder Executivo.

Em consonância com o fortalecimento do sistema democrático brasileiro, denunciamos a posição internacional do Brasil neste fórum, que está em desacordo com os compromissos

internacionais assumidos, com as leis e políticas nacionais. É inaceitável qualquer retrocesso em nossos direitos.

A sociedade civil brasileira seguirá monitorando ativamente os direitos adquiridos durante as últimas décadas e que ampliaram a cidadania em nosso país.

DELEGAÇÃO BRASILEIRA DA SOCIEDADE CIVIL - CÚPULA DE NAIROBI CIPD 25 – 2019

Ação dos Jovens Indígenas e Suporte aos Jovens Indígenas do Mato Grosso do Sul/AJI-GAPK
Comissão de Cidadania e Reprodução/CCR

Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher/CLADEM Brasil
International Work Group for Indigenous Affairs/IWGIA

Movimento She Decides Brasil

Rede Brasileira de População e Desenvolvimento/REBRAPD

Rede CCAP Manguinhos

Rede de Juventude Indígena/REJUIND

ORGANIZAÇÕES APOIADORAS NACIONAIS

Agoraequesaoelas

ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero

ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia

Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais/ArtJovem LGBT)

Articulação Brasileira de Gays/ARTGAY

Articulação de Mulheres Brasileiras/AMB

Associação Brasileira de Antropologia/ABA

Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP

Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids/ABIA & Observatório de Sexualidade e Política (SPW)

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos/ABGLT

Associação Brasileira de Saúde Mental – ABRASME

Associação de Doulas de Alagoas - ADOAL

Associação de Doulas de Pernambuco- ADOPE

Associação de Doulas de Santa Catarina - ADOSC

Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro/ADOULASRJ

Associação de Pós-graduandos da Fiocruz

Associação Nacional de Travestis e Transexuais/ANTRA

CACES – Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Políticas Feministas, Antiracistas e Anticapitalistas

Casa Sem Preconceito/Campinas – SP

Católicas pelo Direito de Decidir/Brasil

Central de Cooperativas Unisol Brasil

Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará/CEDENPA

Centro Feminista de Estudos e Assessoria – Cfemea

CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação

Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste

Coletivo de Proteção a Infância Voz Materna

Coletivo Feminista 4D

Coletivo Feminista Classista "Ana Montenegro"

Coletivo LGBT da CUT Nacional

Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular

Coletivo SobreViver - Limeira

Coletivo Todxs Unidxs
Conectas Direitos Humanos
Criola
Diretoria de Combate às Opressões da Associação Nacional de Pós-graduandos
EIG – Evangélicas pela Igualdade de Gênero
Federação Nacional de Doulas do Brasil/FENADOULASBR
FOAESP
Força Tarefa Jovens Lideranças
Fórum Estadual de Mulheres Negras RJ
Fórum Estadual LGBT de Mato Grosso do Sul
Fórum Paulista LGBT
Frente Estadual pelo Desencarceramento - RJ
Geledés – Instituto da Mulher Negra
GEMA/UFPE - Núcleo Feminista de Pesquisa sobre Gênero e Masculinidades - Universidade Federal de Pernambuco
Grupo Curumim
Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero
Grupo de Prevenção às DST/Aids e Drogas Julia Seffer - Ananindeua/Pará
Grupo de Mulheres de Juremas
Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030
Grupo Saúde mental e gênero/UnB
GT sobre Psicologia e estudos de gênero da ANPEPP
ICW Brasil
Identidade - Grupo de Luta Pela Diversidade Sexual - Campinas/SP
Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial- Baixada Fluminense/RJ
Instituto de Formação Humana e Educação Popular
Instituto de Mulheres Negras do Amapá/IMENA
Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos/IDDH
Instituto PAPAI
Intervozes
Liberta Elas
Liga Brasileira de Lésbicas do Paraná
Médicos pelo Direito de Decidir
Mídia Ninja
Movimento de Mulheres Olga Benário
Movimento Moleque
Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas/MNCP
Movimento Primavera Feminista
MUSA – Programa de Gênero e Saúde do Instituto de Saúde Coletiva/ UFBA
Núcleo de Diversidade Marielle Franco (NUGEDS/IFRJ Campus Belford Roxo)
Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero/NUDERG
Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero/NEMGE da USP
ODARA – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (IFRJ/CNPq)
Portal Catarinas
Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde /IMS- UERJ
Rede Afro LGBT
Rede de Comunidades e Movimentos Contra Violência
Rede de Desenvolvimento Humano/REDEH
Rede de Mulheres Negras de Alagoas
Rede de Mulheres Negras do Paraná
Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
RENAP - Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares

Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde
RHEG - Rede de Homens pela Equidade de Gênero
RESURJ
SOS Corpo
Uiala Mujaki - Sociedade das Mulheres Negras de Pernambuco
UJIMA – Trabalho Coletivo e Responsabilidade
União Brasileira de Mulheres - UBM
#mapadasmima

ORGANIZAÇÕES APOIADORAS INTERNACIONAIS

Acción Joven – Honduras
ADESPROC LIBERTAD – Bolivia
Agrupación Ciudadana por la despenalización del aborto - El Salvador
Articulacion Feminista Marcosur
ASER Litigio A.C.
Asesoría Integral y Litigio Estratégico a Pueblos Originarios
Centro de Derechos de Mujeres Honduras – CDM Honduras
Centro de Estudios de la Mujer – CEM Honduras
CLADEM
CLADEM – Uruguay
Coalición Boliviana de Colectivos LGBTI
Collaborative Network of Persons Living with HIV/C-NET+ - Belice
Colectiva Feminista – El Salvador
Colectiva Feminista para el Desarrollo Local – El Salvador
Consortio para el Diálogo Parlamentario – Mexico
Cotidiano Mujer - Uruguay
Derechos Aquí y Ahora – Bolivia
Derechos Aquí y Ahora – Honduras
Efecto Latam
Foro Feminista Magaly Pineda – República Dominicana
Fundación Chile Positivo
FUSA – Argentina
Gay Latino
GOJoven – Guatemala
Gozarte por los Derechos Sexuales y Reproductivos – Uruguay
ICW Latina
ICW – Argentina
IYAFP – México
ICW – Republica Dominica
Iniciativas Sanitarias – Uruguay
IPAS Centroamérica y México
Jovenes Iberoamericanos
Mesa por la Vida y la Salud de las Mujeres – Colombia
MEXFAM – México
MLCM+ - Movimiento Latinoamericano y del Caribe de Mujeres Posithivas
MYSU – Uruguay
Mujeres Indígenas del Cauca
ONG IGUAL – Bolivia
Organización de Mujeres Nuestra Voz – Guatemala
OTRANS-RN – Guatemala
Rede de Vulnerabilidade Social/Associação Latinoamericana de População

Red de Colectivas Jóvenes – El Salvador

Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora

Red Nacional de Personas Trans – Guatemala

Red Latinoamérica de Católicas por el Derecho a Decidir

Red Latinoamericana y Caribeña de jóvenes por los derechos sexuales y reproductivos/RedLAC

Red Latinoamericana y el Caribe de Personas Trans

Red Mexicana de Jóvenes y Adolescentes con VIH

Red Nacional de Líderes y Lideresas Juveniles Tú Decides – Bolivia

Red Nacional de Mujeres de Colombia

Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe/RSMLAC

Republika Libre – Republica Dominicana

RESURJ

Sombrilla Centroamericana

Somos Gay – Paraguay

Surkuna – Ecuador

Contato: rebrapd@rebrapd.com.br